

Fábio Tavares Amorim

A DEFESA DA SOCIEDADE, DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

**A remodelação dos
institutos de legalidade
extraordinária**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Todos os direitos desta edição reservados à editora Lumen Juris
Copyright © 2025 by Fábio Tavares Amorim
Categoria: Direito Constitucional

Editor: João Luiz da Silva Almeida
Produção editorial: Angel Cabeza
Designer editorial: Rebecca Ramos e Thassiel Melo
Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza
Gerente administrativo-financeiro: Carla Sampaio
Financeiro: Juliano de Oliveira
Assistente financeiro: Jefferson Badaró
Gerente comercial e logística: Arlei Rocha
Comercial e relacionamento: Cristiano Mabilia
Eventos: Arianna Pacheco

A editora Lumen Juris Ltda. não se responsabiliza
pelas opiniões emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive
quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeito à
busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A524d

Amorim, Fábio Tavares

A defesa da sociedade, do Estado e das instituições democráticas : a
remodelação dos institutos de legalidade extraordinária / Fábio Tavares
Amorim. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2025.
224 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-3398-5

1. Direito constitucional. 2. Limitação constitucional. 3. Direitos
fundamentais. 4. Ponderação de valores. 5. Norma constitucional. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Editora Lumen Juris
Rua Newton Prado, 43, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20930-445
Telefone: (21) 2580-7178 | atendimento@lumenjuris.com.br

Sumário

Apresentação	XV
Prefácio	XVII
Introdução	1
1 As Normas Constitucionais Definidoras de Direitos Fundamentais e as Suas Efetividades.....	7
1.1 A exigibilidade das Normas que Estabelecem Direitos Fundamentais.....	20
1.2 As Normas Limitadoras de Direitos Fundamentais: a Questão dos Limites dos Limites.....	24
1.3 Restrições às Normas Constitucionais que Estabelecem Direitos Fundamentais Realizadas Diretamente pela Constituição Federal.....	30
1.4 Restrições às Normas Constitucionais que Estabelecem Direitos Fundamentais Realizadas por Normas Infraconstitucionais	33
1.5 O postulado da proporcionalidade e a proteção ao núcleo essencial.....	35
1.6 A posição de garantidor da Jurisdição Constitucional brasileira: a efetividade e a exigibilidade dos Direitos Fundamentais	38
2 A Jurisdição Constitucional Brasileira e o Supremo Tribunal Federal: Análise da Dogmática Jurídica e Mecanismos à Disposição da Jurisdição Constitucional	45
2.1 As Competências do Supremo Tribunal Federal	46
2.1.1 As competências originárias do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, da CRFB/88).....	47
2.1.2. Competência Recursal do STF	48
2.2 O Supremo Tribunal Federal e a sua natureza jurídica de Corte Constitucional híbrida.....	49
2.3 Prolegômenos acerca dos Tribunais Constitucionais na Europa	51
2.4 Considerações acerca da Suprema Corte Estadunidense.....	54

2.5 A Questão da Legitimidade da Jurisdição Constitucional e a Dificuldade Contramajoritária: o Ativismo Judicial Brasileiro	55
2.5.1 As sentenças aditivas e manipulativas e o mito do legislador negativo: a atuação da Jurisdição Constitucional brasileira na inércia ou ineficiência do Poder Legislativo.....	61
2.5.2 Os limites impostos à Jurisdição Constitucional: quem controla o controlador?	67
3 Medidas de Emergência – Origens e Contexto Histórico	73
3.1 Teoria do Poder e o Positivismo Jurídico: a dogmática jurídica do Estado brasileiro.....	74
3.2 As Medidas de Exceção de Carl Schmitt a Giorgio Agambem: a Limitação do Poder pelo Poder	80
3.3 A Constituição de Weimar e a Normalidade Constitucional: a Suspensão e a não Execução de Direitos Fundamentais	87
4 O Sistema Brasileiro de Crises e o Enfrentamento da Pandemia Pelo Covid-19: a (RE)Criação de Respostas Jurídicas em Período de Crise Sanitária.....	93
4.1 O Sistema de Crises na Constituição Federal de 1988: a Resposta do Estado Democrático em Situações Excepcionais.....	94
4.1.1 Estado de Sítio.....	95
4.1.2 O Estado de Defesa	97
4.2 Sistemas Internacionais de Crise de que o Brasil é Signatário	99
4.3 Sistemas Infraconstitucionais: Estado de Emergência e de Calamidade Pública.....	101
4.4 O Poder Público Brasileiro e o Enfrentamento à Crise Sanitária Decorrente do COVID-19: as Restrições Impostas aos Direitos Fundamentais	103
4.4.1 Das restrições impostas ao Direito de “ir” e “vir” – o <i>Lockdown</i>	111
4.4.2 A proibição do exercício da livre atividade comercial no contexto da Pandemia.....	117

5 A Corte Constitucional Brasileira e a Crise Sanitária Decorrente da Pandemia Pelo Covid-19: a Jurisprudência de Crise Amparada Pelo Supremo Tribunal Federal e a Questão do Ativismo Judicial.....	123
5.1 Ativismo judicial: entre o modo interpretativo e a atuação positiva....	128
5.2 A Efetivação de Direitos Fundamentais através das Sentenças Aditivas e Manipulativas: o não Cabimento na Jurisprudência do Caso da COVID-19	133
5.3 Omissão Legislativa e Omissão Administrativa - Aspectos Relevantes no Acionamento dos Mecanismos da Constituição Federal	138
6 Os Sistemas de Legalidade Extraordinária e o Enfrentamento da Pandemia no Direito Comparado.....	141
6.1 As Limitações e Supressões de Direitos Fundamentais no Direito Italiano durante a Pandemia pelo COVID-19: a Inexistência dos Mecanismos de Legalidade Extraordinária	144
6.2 A Lei Fundamental Alemã: a Existência de Permissivo Legal Apto a Possibilitar a Restrição dos Direitos Fundamentais.....	146
6.3 O controle da Pandemia pelo COVID-19 na França: O sistema de controle de legalidade extraordinária.....	153
6.4 O Tratamento Dado pela Espanha à Limitação dos Direitos Fundamentais: a Resposta Tardia Prestada pela Jurisdição Constitucional	156
7 Constituição de Emergência e os Sistemas Infraconstitucionais de Controle de Crises: Proposta de Lege Ferenda	161
7.1 Possibilidade de Emenda Constitucional para Criar Novos Mecanismos de Crise	162
7.2 Mutação Constitucional do Estado de Defesa e de Sítio ou a Reconstrução do Sistema.....	165
7.2.1 Constitucionalização do Estado de Calamidade Pública e do Estado de Emergência: a necessidade de criação de mecanismo brando de legalidade extraordinária	167

7.3 Criação de Mecanismos de Regulação do Poder Judiciário: a Atividade Administrativa e a Suspensão Temporária de Ordens Judiciais e de Processos.....	171
7.3.1 A suspensão de prazos processuais e materiais.....	175
7.3.2 A suspensão do pagamento das ordens de precatórios ou a limitação do aporte financeiro mensal	176
Conclusão	183
Referências	191